

Como as palavras ajudam a tecer o real?

Décio Rocha

Décio Rocha é mestre em Letras pela PUC-RJ e doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP. Professor associado do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira e do Instituto de Letras, ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ e IL-UERJ), desenvolve pesquisas com ênfase nos seguintes temas: análise do discurso, relação linguagem e trabalho, produção de subjetividade.

Concluimos o texto anterior, referindo-nos ao conhecido verso de João Cabral de Melo Neto: “um galo sozinho não tece a manhã”. Aproveitando a imagem construída pelo poeta ao usar o verbo “tecer”, neste último texto da série “Sentido e força das palavras”, gostaríamos de ampliar um pouco mais nossa conversa sobre a relação entre palavra e mundo.

Uma dimensão da linguagem a que já nos referimos e que nos dá a ideia exata de sua multifuncionalidade e, por assim dizer, de sua quase onipresença em nossas práticas cotidianas é sua performatividade, ou seja, o poder que possuem alguns enunciados de realizar uma ação pelo simples fato de serem proferidos. Eis aí uma das propriedades mais interessantes e, talvez, mais evidentes de nossas práticas verbais, tão evidente que qualquer criança é capaz de compreender sua eficácia quando, por exemplo, no plano da ficção, Ali Babá se mostra capaz de mover montanhas apenas pronunciando um “Abre-te, sésamo!”.

Pois bem, é exatamente disso que se trata quando nos referimos a ações como as de prometer, ordenar e afirmar algo a alguém, ou ainda quando temos em mente uma ação mais ritualizada como batizar: ações que só se realizam por intermédio da palavra, que dependem da palavra para sua efetiva produção. Podemos fazer tudo o que quisermos no sentido de assegurar alguém de um projeto nosso, mas promessas se fazem fundamentalmente com palavras – palavras que nunca são jogadas ao vento, que ficam e criam uma obrigação contratual entre seus parceiros: quem promete tem de cumprir.

Há, porém, outros performativos que não são tão imediatamente percebidos como tais, e algumas situações do nosso cotidiano ganhariam uma nova luz se fossem avaliadas pelo viés da performatividade. Por exemplo, a situação a que recorrem trabalhadores quando consideram esgotadas suas chances de êxito nas reivindicações junto ao patrão. Exato, estamos falando de... fazer greve! Um fazer que, diferentemente do “fazer comida” ou “fazer bagunça”, é algo que, reunidas determinadas condições, exige uma formulação verbal e uma “escuta forçada”. A começar pela natureza do momento exato a partir do qual uma greve passa a ter existência, com a manifestação de um coletivo que, em assembleia de classe, diz “sim”.

A palavra “greve” tem uma história que vale a pena recuperar. Em Paris, a praça de Grève (termo que, em francês, significa “terreno plano coberto de cascalho e areia às margens do mar ou de um curso d’água”), atualmente praça do Hôtel-de-Ville, sede da prefeitura da cidade, era um dos principais portos do rio Sena, e ali se reuniam aqueles que, estando sem trabalho, podiam encontrar oferta de serviço para carregar e descarregar os navios. Com alguma facilidade, compreende-se o deslizamento de sentido de “fazer greve”: originalmente referindo-se à condição dos que não possuíam um trabalho, a expressão passa a indicar uma interrupção voluntária e orquestrada da atividade laboral com vistas à garantia de algum direito. Deslocamento que sabiamente nos sugere que trabalhar sem direitos mínimos assegurados é o mesmo que estar desempregado...

A força performativa de “fazer greve” é tão evidente que nossos contemporâneos do norte atualizaram o verbo “grevar”. Com efeito, não é raro encontrar manchetes como “Funcionários da Eletronorte ameaçam grevar”, publicada no dia 4 de julho de 2012 no *Diário do Pará*.

Grevar é uma expressão tão fortemente performativa que, para ter seus efeitos legitimamente produzidos, deve ser preparada por outros tantos atos de palavra: antes de se decretar uma greve, é preciso que haja debates acerca das insatisfações de uma categoria profissional, que seja aprovado o estado de greve, momento no qual uma categoria profissional sinaliza a iminência da greve. É bem verdade que aí também têm lugar ações de outra ordem, não exclusivamente verbal: passeatas que interrompem o trânsito, panfletagens que interpelam os transeuntes, provocando as mais diversas reações. Porém, o que seria das marchas nas vias públicas e dos panfletos distribuídos à população se não fosse aquele pequeno detalhe: a presença da palavra! A palavra que se multiplica indefinidamente, revezando-se entre os integrantes coesos de uma mesma categoria, dirigindo-se aos dissidentes, aos que ainda não estão certos de deverem aderir ao movimento, ao opositor que é preciso contradizer – patrão, governo –, a toda a comunidade que se pretende convencer da justiça do que se reivindica; a palavra ritualizada das assembleias, tensionada nas negociações, exibida

nas faixas de protesto. A palavra que é preciso saber modular: inflamada, nos discursos à categoria; ponderada e analítica, nas negociações; sintética e pontual, nas palavras de ordem. A palavra, enfim, que tece as denúncias e depoimentos, que se manifesta nas propostas, nas reflexões, nas análises de conjuntura, nas mensagens produzidas por parlamentares, pela mídia...

É muito bom que assim seja. É bom que se insista na presença da palavra, que se aposte na produtividade das trocas verbais. Investir no caráter performativo do “grevar” significa manter a confiança nos acordos possíveis, nos consensos negociados, nas intermediações forçadas; significa permanecer no plano dos diálogos instituídos e desejados, em substituição a outras forças menos democráticas e, por essa razão, desastrosas, que poderiam vir a se manifestar.